
PEDRO HESPANHA

Assistente da Faculdade de Economia
da Universidade de Coimbra

POSSE DA TERRA E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O CASO DO BAIXO MONDEGO

145

Os efeitos, materiais e simbólicos, que resultam da posse da terra, constituem um elemento que confere permanência e estabilidade aos modos de vida das aldeias e, por essa via, conseguem contrariar até certo ponto os efeitos de repulsão que as condições de trabalho na agricultura não deixam de produzir.

Numa zona de forte atracção urbana e industrial, como a estudada, a terra constitui ainda um espaço onde o trabalho dos agricultores e dos não agricultores se encontra, onde as actividades se tornam complementares e onde a troca de experiências e a difusão de saberes tem lugar.

UMA das consequências da crise económica dos anos setenta e, neste caso, uma consequência sem dúvida muito positiva, foi o despertar do interesse por um número impressionantemente vasto de novos temas de reflexão cobrindo praticamente todos os campos do saber. No domínio da economia, em particular, a ciência económica viu-se a braços com a necessidade de digerir teoricamente certas práticas que se mostravam particularmente adequadas às novas circunstâncias, mas cuja congruência com os modelos de comportamento conhecidos era praticamente nula.

Algumas das problemáticas que então foram trazidas para o debate — veio entretanto a reconhecer-se — nem sequer eram novas; elas haviam há muito deixado de interessar os economistas ou, pelo menos, apenas continuavam presentes em domínios restritos de especialidade. É, nomeadamente, o que se passa com a questão das relações entre a produção e a reprodução, ou com a da natureza formal ou informal do trabalho, ou ainda com a da diversidade e relativa autonomia dos espaços locais em termos económicos, para só referir algumas dentre as mais destacadas. Este défice teórico não atinge igualmente todas as áreas disciplinares, porquanto algumas há em que estas questões nunca deixaram de ser

Introdução

trabalhadas, nomeadamente a antropologia, a sociologia e a geografia. Mesmo dentro da própria economia, os estudos sobre as economias familiares camponesas e sobre as formas de produção e os estatutos do trabalho na agricultura, no âmbito da economia agrária, já há muito que vinham a valorizar aqueles temas.

Aquilo que me proponho tratar — posse da terra e reprodução da força de trabalho em meio rural — reflecte, precisamente, uma preocupação em entender as estratégias de emprego das famílias rurais e a enorme capacidade, que estas demonstram, de adaptação a diferentes condições económicas ou institucionais. Não sendo novo, esse tema será abordado aqui numa perspectiva algo diferente do habitual. Começarei, primeiramente, por introduzir o argumento do papel central da propriedade fundiária na reprodução do quadro de vida das aldeias — e, reflexamente, na reprodução da força de trabalho de origem rural —, para depois, e com base nos estudos que têm sido feitos numa região do centro litoral, apreciar os efeitos, produzidos a nível das formas de propriedade, do processo de secundarização da agricultura em resultado de uma expansão dos empregos agrícolas⁽¹⁾.

Posse da terra e reprodução social

É sabido como, entre nós, essa expansão do mercado de trabalho não levou a um colapso das economias agrícolas familiares, embora se interrogue acerca das circunstâncias que tornaram isso possível e se questione até que ponto os ajustamentos introduzidos alteraram ou não a lógica de funcionamento dessas economias.

Existe uma resposta simples para esta interrogação — a diminuição do trabalho agrícola fez-se sobretudo à custa do trabalho redundante e, quanto ao trabalho não redundante, até aos limites da sua substituíbilidade por outro trabalho familiar — mas que, verdadeiramente, não explica porque é que a substituição dos rendimentos do trabalho na exploração agrícola por rendimentos de trabalho no exterior não foi mais longe ao ponto de liquidar toda a componente agrícola da economia familiar.

É aqui que pode ganhar interesse introduzir a questão do fundiário. De um ponto de vista económico, tem de se reconhecer que a terra assume uma posição estratégica para a reprodução da família, quer como espaço de produção de subsistências, quer como espaço de residência. E isto, apesar

⁽¹⁾ Esta forma de abordar o fundiário inspira-se, em geral, no trabalho que a equipa do CES tem vindo a desenvolver, a partir de Santos (1985), sobre o tema da articulação entre modos de produção e modos de reprodução na sociedade portuguesa. Em particular, a nossa proposta aprofunda e amplia os argumentos de Reis (1985) acerca da reprodução da força do trabalho industrial em meio rural.

de, modernamente, a teoria económica da produção agrícola tender a reduzir a terra a um mero factor de produção e a dissociar as funções de consumo das funções de produção na agricultura (Hespanha, 1981). Mesmo quando a actividade produtiva perde o interesse económico, o património fundiário familiar pode, ainda assim, funcionar como um capital de recurso (tal como o saber profissional camponês, de resto) destinado, por exemplo, a ser valorizado em situações de crise ou precaridade de emprego, ou então como um capital produtivo de reserva apenas dependente da disponibilidade de recursos financeiros a obter através do trabalho fora da exploração. Num caso e noutro, o essencial é que o produtor possa manter-se com um pé na agricultura, conservando esse capital até que possa vir a valorizá-lo, no momento oportuno.

147

Mais importante, talvez, do que insistir sobre as funções estritamente económicas da posse da terra, interessa realçar outros vínculos, mais de natureza simbólica, que ligam ainda as famílias ao património fundiário. Não se trata apenas de assinalar a persistência de um *habitus* camponês de hipervalorização do fundiário, uma espécie de obsessão pela terra (O'Neill, 1984), referido a um tempo em que a economia familiar se confundia com a economia da terra. Pretende-se ir mais além. Neste sentido, tem sido procurada uma nova abordagem dos problemas fundiários, capaz de ultrapassar as análises clássicas fundadas na teoria da renda, e, de certo modo, cruzada com as perspectivas da *household economics*. Numa síntese tomada de Guigou (1982), ela terá de assentar fundamentalmente em três pontos: a) ter a família como nível privilegiado de análise; b) conduzir a análise em termos de património e não apenas em termos de fluxos e de trocas; c) considerar que as famílias, na gestão do seu património fundiário, não obedecem apenas a motivações económicas, mas antes se determinam por normas, crenças, mitos e símbolos cujo conhecimento releva de outras ciências sociais.

Existem normas na cultura fundiária rural que regulam as relações entre o património e os objectivos familiares de perpetuação do nome, de coesão e de identificação com um certo território. As práticas fundiárias dos agricultores estão sujeitas, assim, a imperativos antropológicos respeitantes à «gestão da família em torno da continuidade do património ou da sua territorialização» (Pierzo, 1984), o que explica que a terra não seja considerada como um qualquer recurso fungível que possa ser livremente alienado ou lesado no seu uso produtivo. Se bem que, na proximidade dos centros urbanos e em zonas de implantação industrial, a história e as tradições patrimoniais pareçam ir cedendo lugar às regras de evolução da sociedade global, e a transformação da terra num mero

objecto de mercado tenha alguma comprovação empírica (Darmon *et al.*, 1984), o peso das imposições da cultura fundiária, traduzida num apego à terra que se pretende transmitir aos seus como património de uma família, é em todo o caso ainda muito forte.

Os efeitos, materiais e simbólicos, que resultam da posse da terra, constituem, para além disso, um elemento que confere permanência e estabilidade aos modos de vida das aldeias e, por essa via, eles conseguem contrariar até certo ponto os efeitos de repulsão que as condições de trabalho na agricultura não deixam de produzir. Trata-se, não de uma relação simples, mas de um processo muito complexo de mediação em que o papel securizante do património fundiário enquanto capital material, e a sua função de autonomia e de prestígio, enquanto capital simbólico, ressoam e se amplificam pelo tecido social e vão impregnar a consciência colectiva, não só de uma representação edulcorada da propriedade, como também de uma sensação de estabilidade. Estabilidade e continuidade são ainda o sentido que emana do próprio facto de a terra ser transmitida, dentro da mesma família, de geração em geração. A transmissão do património tal como referem Bechhofer e Elliott (1981:185), constitui uma manifestação palpável da sobrevivência e, até mesmo, do sucesso da família. Mesmo se nem todas as famílias no campo, acrescentaria eu, conseguem o seu sucesso ou, mesmo, a sua sobrevivência pela via patrimonial, isso não exclui que os casos de sucesso possam produzir o efeito simbólico suficiente para alimentar uma esperança nesse sentido.

Produção e reprodução em meio rural

Os estudos que têm sido feitos sobre as economias familiares em meio rural, na grande maioria subordinados ao enfoque particular e às preocupações da produção agrícola, têm atribuído um papel excessivamente forte à economia da exploração e de certo modo subestimado as outras manifestações da lógica reprodutiva das famílias agrícolas.

A superação deste obstáculo consiste em restituir inteiramente à família agrícola, nomeadamente à da pequena agricultura, a sua dimensão de unidade económica total, no sentido em que uma separação estrita entre produção e reprodução não é legítima e em que é porventura a lógica da reprodução que comanda as práticas produtivas dos seus membros. Mesmo um economista agrário como Chayanov (uma referência ainda hoje obrigatória para os estudos camponeses) advertia que «qualquer análise sectorial do trabalho familiar — por exemplo, a análise isolada da exploração agrícola — pode ser uma análise da produção, mas de forma nenhuma uma análise económica. Só será económica quando

os problemas da organização agrícola se analisem em conexão com o problema da actividade económica total da família no seu conjunto» (1966:60).

Captar a lógica de conjunto da economia das famílias rurais implica, assim, perceber como o equilíbrio económico básico da unidade familiar é obtido a partir da combinação entre todos os elementos que asseguram a reprodução económica. Para isso torna-se necessário recensear as diferentes formas de alocação do trabalho (fora e dentro da exploração, em tarefas domésticas ou em actividades directamente produtivas), as fontes de rendimento não provenientes do trabalho e outros recursos disponíveis, materiais ou simbólicos.

149

Num modelo de reprodução correspondente à família camponesa tradicional as articulações com a sociedade global supõem uma grande autonomia familiar, quer no domínio da produção (em que o contacto com o mercado se limita às vendas dos excedentes agrícolas e de um ou outro produto comercial e à compra de factores não auto-produzidos), quer no domínio dos consumos (em que grande parte das necessidades são asseguradas pela exploração, pela família e pela entajuda local), quer ainda na regulação das actividades e do modo de vida da família patrimonial subordinada a valores e padrões eminentemente rurais (Menahem, 1979:64).

É um facto que este modelo se encontra hoje manifestamente em regressão, mas com esta afirmação pretendo apenas significar que a integração crescente dos processos de produção e dos modos de consumo dos agricultores na lógica do mercado tem vindo a reduzir a autonomia das decisões e não tanto que o aparecimento de novos modelos de reprodução das famílias agrícolas se tenha feito sem qualquer relação com o modelo camponês (Desseix, 1982).

Vou servir-me do caso do Baixo Mondego, região de que disponho de informação acerca dos processos sociais na últimas décadas, para abordar a questão do impacto das transformações económicas sobre os modos de reprodução das famílias e o seu reflexo sobre as estratégias fundiárias dos diferentes grupos da população rural ⁽²⁾.

Trata-se de uma análise que, embora muito centrada no fenómeno da diferenciação do modo de reprodução das famílias camponesas e na propriedade do solo agrícola, pode ajudar a compreender melhor as condições de reprodução, em geral, da força de trabalho em meio rural e, a partir daí, as próprias interrelações entre o desenvolvimento industrial e

Transformações económicas e práticas fundiárias no Baixo Mondego

⁽²⁾ Para uma análise mais detalhada destes processos vd. Hespanha (1986).

urbano e as comunidades domésticas de base agrícola. Por outro lado, e como se irá ver, uma análise atenta da dimensão espacial das práticas que incidem sobre o fundiário pode revelar uma variação significativa nos espaços de reprodução dos diferentes grupos sociais relacionada com as alterações desigualmente produzidas nos modos de reprodução das famílias rurais.

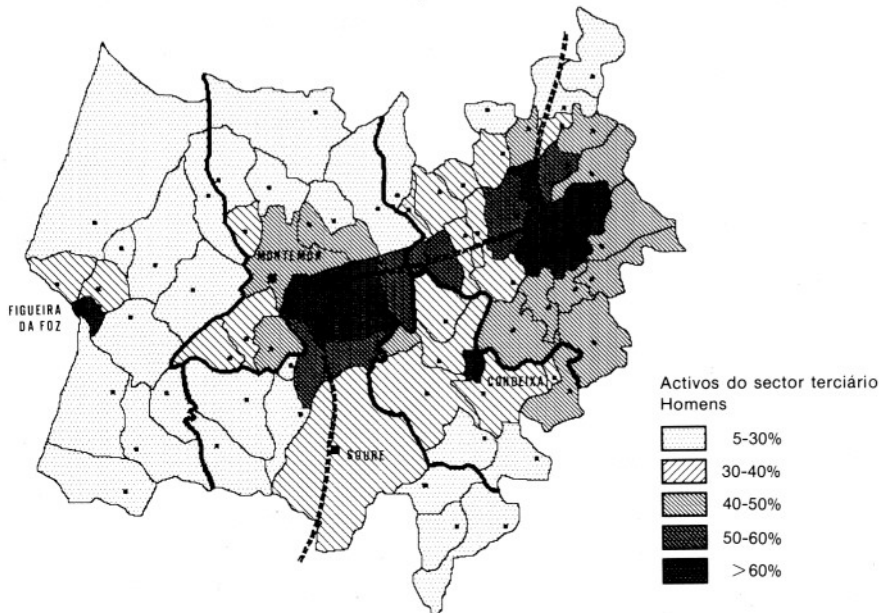
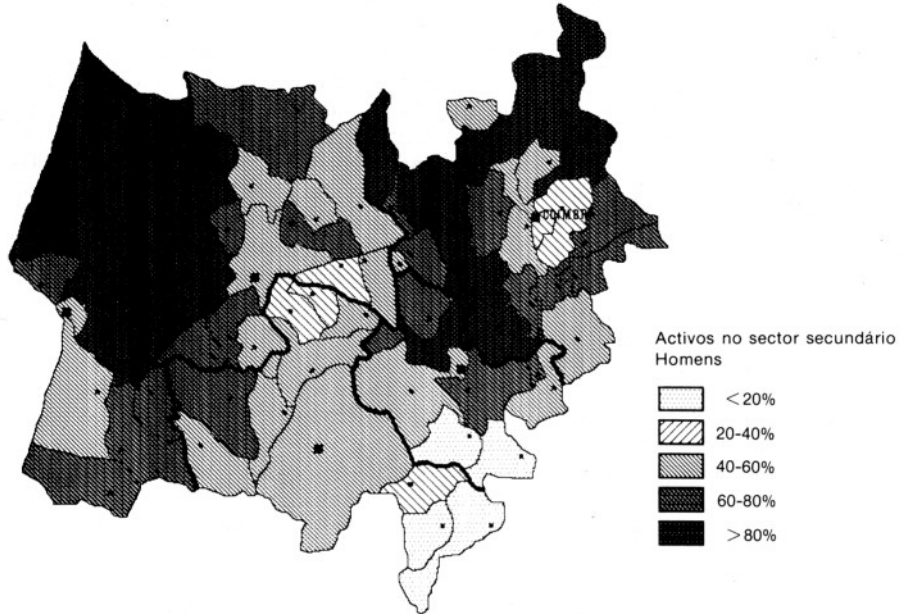
Em síntese, diria que até aos anos sessenta o modelo camponês tradicional de dependência fundiária serve para caracterizar em traços largos a sociedade rural do Baixo Mondego, ainda que a proximidade de dois centros urbanos de razoável — mas desigual — dimensão (Coimbra e Figueira da Foz), e a sua localização num espaço de longa tradição mercantil, apontasse já para uma relativa extroversão das economias familiares.

A partir de então o processo de transformação das estruturas económicas da região acelera-se visivelmente, devido ao crescimento urbano e industrial das duas cidades e também como reflexo do novo dinamismo da economia portuguesa no seu conjunto (o impacto da emigração foi aqui notoriamente inferior ao que teve noutras regiões), traduzindo-se desse modo a localização favorável da região no espaço nacional. Alguns indicadores dessa mudança apontam, sumariamente, para: *a*) uma redução drástica (— 84%) dos assalariados agrícolas (que passam a operários e empregados, mantendo ou não a actividade agrícola, ou emigram) e dos patrões agrícolas (— 94%) que se «despromovem» a isolados agrícolas ou abandonam o sector); *b*) um crescimento moderado (+ 10%) dos trabalhadores agrícolas por conta própria (sobretudo à custa da substituição do trabalho masculino pelo trabalho feminino e dos velhos); e *c*) um aumento acentuado (+ 70%) dos assalariados não agrícolas (em maior medida com empregos no terciário). Em 1981 a distribuição espacial dos activos revela, além da importância dos dois polos urbanos, uma concentração dos activos não agrícolas ao longo dos principais eixos de comunicação, conferindo, assim, uma estruturação peculiar à nova matriz regional de emprego. A representação cartográfica dessa distribuição faz ressaltar claramente a existência de duas coroas circulares concêntricas em torno de cada uma das cidades e de uma faixa ao longo do caminho de ferro correspondentes à concentração dos empregados e dos operários (vd. Mapa).

Alterado o contexto em que se geravam as práticas fundiárias, pela criação de oportunidades alternativas para o trabalho agrícola, verifica-se então uma profunda modificação no sistema de relações de propriedade entre os diferentes grupos da sociedade rural. A elevação progressiva dos salários,

**Distribuição da população activa do Baixo Mondego
por freguesias**

151



sobretudo a partir de meados da década de 60, faz-se acompanhar de um aumento da oferta de terras para arrendamento ou para venda e, logo, da queda das rendas e de uma desvalorização da propriedade. Esta desvalorização não atinge igualmente todos os grupos, sendo particularmente acentuada em relação aos proprietários que não trabalham directamente a terra, enquanto para as famílias de produtores directos ela é muito menos sentida, notando-se mesmo um acréscimo de procura por parte destas, alimentada por rendimentos salariais, nos casos, cada vez mais frequentes, de produtores sem terra ou insuficientemente providos, que conseguem conjugar um emprego não agrícola com o trabalho na exploração.

Apesar de as famílias rurais continuarem a manter importantes ligações com a agricultura (em cerca de 30% das freguesias da região as famílias com exploração agrícola representam mais de três quartos das famílias residentes) o modelo de reprodução familiar tradicional, de tipo camponês, foi-se alterando, e isso revela-se muito importante para entender as práticas fundiárias.

Com base na informação recolhida e partindo de um conjunto restrito de variáveis (dimensão, composição e idade da família, dimensão económica das explorações agrícolas, destino da produção, grau de acesso a empregos não agrícolas e intensidade das trocas culturais com o urbano) foi possível construir uma tipologia das formas de reprodução familiar actualmente existentes no Baixo Mondego, que se podem considerar o resultado da transformação do modo de reprodução camponês.

	Prod. Mercado	Dimens. Explor.	Idade Família	Trabalho Família	Emprego não agr.	Cultura Urbana
1. Empresário agrícola	+	+	-	-	-	+
2. Família agrícola moderna	+	+	+	+	-	-+
3. Família camponesa tradicional	+ -	+ -	+	+	-	-
4. Família camponesa pluriactiva	- +	- +	- +	+	+	+ -
5. Família operária ex-camponesa	-	-	-	+	+	+

Nesta grelha, a cinco tipos, o lugar central é ocupado pela família camponesa tradicional, de cujo processo de transformação resultaram, em regra, os outros tipos. Os tipos 1 e 2 correspondem ambos a um modo de reprodução assente no rendimento agrícola enquanto que os tipos 4 e 5 manifestam uma outra tendência que faz dos rendimentos do trabalho não agrícola a base principal da economia da família⁽³⁾.

⁽³⁾ Algumas situações atípicas, embora correntes, devem ser analiticamente integradas num dos cinco tipos. É o caso, por exemplo, dos casais de camponeses envelhecidos que, pelo desmembramento de famílias cam-

As práticas fundiárias na região relacionam-se de perto com a existência destes diferentes modos de reprodução e, se é certo que a posse da terra desempenha um papel variável nas estratégias reprodutivas (mais central no caso das famílias camponesas tradicionais e dos empresários agrícolas e relativamente fraca no caso dos operários de origem camponesa), o facto de todos eles entroncarem num modo de reprodução que cometa à agricultura e à posse da terra um lugar central, vai com certeza manifestar-se numa sobrevalorização do fundiário.

Verificou-se, por exemplo, num estudo dos mercados fundiários realizado⁽⁴⁾, que a procura de terras agrícolas nas zonas rurais de maior atracção urbana se dirigia quase exclusivamente para as parcelas próximas da aldeia, enquanto em zonas rurais mais profundas a procura se dispersava por todo o espaço territorial aldeão. Torna-se muito claro, perante isto, que a procura de terras por parte das famílias pluriactivas acusa mais fortemente a indisponibilidade do trabalho familiar para as tarefas agrícolas, orientando-se as estratégias fundiárias, nestes casos, principalmente para a aquisição (ou conservação) de parcelas que possam ser trabalhadas sem prejuízo da ocupação principal da família.

A informação recolhida e este estudo dos mercados da terra permitem confirmar ainda o que ficou dito anteriormente sobre as determinantes não económicas das práticas fundiárias. Sendo frequente misturarem-se biografias de rendeiros com uma ideologia da propriedade de tipo camponês, pode acontecer que a força das ideologias acabe por se sobrepor às trajectórias sociais e às mudanças do estatuto económico de quem procura a terra. Para as famílias outrora mais pobres e sem terra que hoje ocupam postos de trabalho remunerados fora da agricultura, uma renda a pagar pela terra é sempre um pesado encargo, daí que comprar a terra, mesmo por preço elevado, e ser proprietário constitua uma opção sem escolha. Nesse estudo, a grande maioria dos compradores de terra inquiridos declarou preferir a compra ao arrendamento invocando para isso, em regra, razões económicas (por exemplo: «pagar renda ao proprietário é entregar-lhe o único lucro que a terra nos dá»). Mas parece óbvio, dado o montante das rendas e a condição dos compradores, que essas razões, em muitos casos, mal escondem uma representação camponesa que se mantém da posse da terra e das relações de proprie-

ponesas tradicionais, se encontram hoje ligados a famílias de outro tipo; ou o das famílias camponesas cujos membros fazem também trabalho ao domicílio para empresas industriais da zona.

(4) Procurava-se estudar o contexto das decisões sobre a compra e a venda de terras relativamente às transmissões que tinham tido lugar entre 1969 e 1979 em diferentes zonas dos «campos do Mondego».

dade. Mais uma vez, é o conhecimento da experiência de vida de cada família, da memória colectiva da comunidade aldeã e da história social local que pode constituir a chave da inteligibilidade das práticas sobre o fundiário.

Numa outra investigação acerca das estratégias de reprodução dos patrimónios fundiários em meio rural⁽⁵⁾, pudemos concluir ser prática muito corrente — e sem variação significativa ao longo dos últimos 40 anos — a distribuição da terra pelos diferentes herdeiros, quer em prédios distintos quer em compropriedade sobre cada prédio⁽⁶⁾. Se bem que a divisão em natureza de património possa não indiciar mais do que a ausência de recursos financeiros para compensar as partes dos co-herdeiros que não ficaram na terra, já a prática da compropriedade aponta mais claramente para a conservação do valor da terra⁽⁷⁾. Mas talvez se possa ir mais longe. Tendo em conta que nem todos os prédios são igualmente disputados na partilha, o efeito procurado da secundarização da actividade agrícola manifestar-se-ia aqui na própria natureza do património disputado: propriedade florestal, terrenos com culturas permanentes (olival, vinha, pomar) e terras de cultivo na proximidade das áreas residenciais, ou seja, propriedade fundiária, cuja utilização produtiva é pouco exigente em trabalho ou compensa o recurso eventual a trabalho exterior à família.

Por último, referiremos três aspectos, retirados do estudo dos mercados fundiários, sobre o perfil dos compradores e dos vendedores de terras e sobre as circunstâncias da venda. De certo modo eles vêm confirmar os dois sentidos em que se tem estado a processar a transformação da propriedade camponesa: por um lado, no sentido da «capitalização do fundiário» por intermédio de uma camada pequena mas dinâmica de empresários agrícolas e, por outro, no da retracção «camponesa» da propriedade através das formas de agricultura complementar, ainda que neste último caso quem possui a terra se reproduza cada vez menos como camponês.

Primeiro, constituindo a compra de terras arrendadas pelos próprios rendeiros a situação mais frequente de trans-

⁽⁵⁾ Procurava-se analisar, com base nas partilhas notariais realizadas entre 1950 e 1980, as alterações produzidas nas práticas sucessórias pelo processo de secundarização da actividade agrícola.

⁽⁶⁾ Vejam-se no mesmo sentido os resultados a que chegou Mouro (1981) numa investigação semelhante levada a cabo no concelho de Vagos, com dados de 1979. Sobre as práticas de fraccionamento da propriedade, em geral, e a sua relevância económica na pequena agricultura vd. Bentley (1986).

⁽⁷⁾ A intenção de dividir pelos filhos, isto é de assegurar as condições de reprodução da família num futuro mais ou menos distante, está também muito presente na decisão de compra da terra: «no futuro a Meixinha dá uma leira para cada um dos meus (quatro) filhos» (JMC, 69 a., empregado/agricultor).

missão, nota-se uma clara distinção entre a situação dos pequenos rendeiros que pretendem garantir a posse de parcelas onde fazem culturas de subsistência e a dos agricultores rendeiros que produzem para mercado. No primeiro caso os motivos invocados para compra expressam melhor a essencialidade da posse («Precisava da terra. Não tinha onde tirar o que comer», AGS, 37 anos, operário/agricultor), o preço que se está disposto a pagar é, em regra, mais elevado, enquanto a capacidade de negociação se revela mais fraca.

Segundo, a terra é comprada quase sempre por produtores agrícolas e, dentre estes, por quem não recorre normalmente a trabalho assalariado. Significa isto, por um lado, que o mercado fundiário de terrenos agrícolas (excluíram-se deste estudo as transmissões de terrenos para construção ou situados em áreas de utilização mista) não é atractivo só por si para o capital financeiro e, por outro, que a expansão da actividade agrícola não se está a dar através das formas de exploração patronal. Parece confirmar-se, assim, a afirmação de um comprador de que «hoje só compra quem dispõe de dinheiro e trabalha a terra».

Terceiro, a venda de terras liga-se muito mais fortemente com o fenómeno sucessório do que com qualquer outro acontecimento (procura de liquidez, transferência de recursos para outro sector, recomposição do património, etc.), dado que num número relativamente elevado de casos se verificou que os prédios vendidos tinham sido objecto de partilha pouco tempo antes. Deve, ainda aqui, fazer-se uma distinção entre a situação dos sucessores pertencentes a famílias não agrícolas e não residentes (normalmente proprietários absentistas), que em regra vendem a estranhos, e a dos sucessores originários de famílias produtoras, mas já desligados da agricultura, em que mais frequentemente o comprador é também um co-sucessor. Nesta última situação, em que podemos ver finalmente uma intenção de cortar os vínculos com a terra, os estudos de casos são ainda pródigos em mostrar que a unidade entre património e família reproduz fortes laços de solidariedade e entajuda que, perdurando para além da ruptura patrimonial, convertem a família num sub-sistema autónomo de privatização dos custos de reprodução (Paci, 1982:94) e ajudam a configurar aquilo a que Boaventura de Sousa Santos, ao tratar dos mecanismos que na sociedade compensam a debilidade de um estado assistencial, chama uma «sociedade providência».

Defendi, com base no caso do Baixo Mondego, que a reprodução social das famílias rurais em regiões de forte interacção urbana está ainda muito marcada por um passado

Conclusão

camponês que fazia da terra, da família e do património as suas referências principais, e que a condição progressivamente operária dessas famílias não é suficiente para deslocar definitivamente para os rendimentos monetários e para as novas possibilidades de consumo o centro de gravidade das estratégias de reprodução. Pretendi mostrar como a posse da terra constitui um recurso fortemente valorizado pela economia das famílias com ocupação não-agrícola e como a origem camponesa e rural dessas famílias suscita uma particular inserção na comunidade.

Não podendo reproduzir-se exclusivamente à custa do salário (por razões várias, desde a inexistência de empregos para as mulheres e para os jovens, até à baixa remuneração ou instabilidade dos empregos masculinos), as famílias dos operários e dos empregados que trabalham na cidade e que mantêm ligações com a aldeia (através do parentesco, da posse da terra ou da habitação) servem-se dos recursos e das redes de relações dentro da aldeia para se manterem e, se as condições o permitirem, para melhorarem a sua vida⁽⁸⁾.

A terra constitui assim um espaço importante onde o trabalho dos agricultores e dos não agricultores se encontra, onde as actividades se tornam complementares e onde a troca de experiências e a difusão dos saberes tem lugar. Não importa que ela tenha hoje uma utilização menos dominada pela produção agrícola. Mesmo enquanto espaço de construção, a terra favorece igualmente o estabelecimento de relações fortes de sociabilidade dentro da aldeia (sobretudo por parte das famílias jovens, que só pela entreaajuda podem aspirar a construir habitação própria). A situação de crise por que tem passado a indústria tem contribuído para estreitar ainda mais os laços dos operários com a comunidade, levando-os a retomar as suas práticas económicas informais e o trabalho na agricultura. A interdependência social entre os agricultores e os não agricultores, ao contrário do que se supunha, tem vindo a reforçar-se e, com ela, a solidariedade entre os membros das classes populares dentro da aldeia. É por tudo isto que reputo importante considerar o papel do fundiário e da família na reprodução de um espaço económico e simbólico capaz de se contrapor ao êxodo rural e à proletarianização. ■

⁽⁸⁾ A revitalização das práticas ancestrais de entreaajuda, se bem que em moldes novos, comprova isso mesmo: agricultores a tempo inteiro trocam serviço de máquinas por trabalho de não agricultores ao fim de semana, enquanto que estes colocam produtos agrícolas na fábrica ou no emprego ou trazem da cidade os artigos para a agricultura de que aqueles precisam.

**Referências
Bibliográficas**

- | | | | |
|--|------|---|-----|
| Bechhofer, Frank;
Elliott, Brian | 1981 | «Petty Property: the Survival of a Moral Economy»; in Bechhofer e Elliott (eds.) <i>The Petite Bourgeoisie: Comparative Studies of the Uneasy Stratum</i> , London | |
| Bentley, Jeffery | 1986 | «Kinship, Inheritance, and Land Fragmentation in the Minho»; comunicação ao Congresso Europeu de Sociologia Rural, Braga. | |
| Chayanov, A. V. | 1966 | «Peasant Farm Organization»; in Thorner, Kerblay & Smith (eds.) <i>On the Theory of Peasant Economy</i> , Homewood, Illinois. | 157 |
| Coulomb, Pierre | 1985 | «La politique des structures est-elle adaptée a la situation présente?»; com. Colloque SFER, Paris. | |
| Darmon, Gerard;
Durand, Jacques;
Matalon, B. | 1984 | «Pourquoi vendre un terrain?»; in ADEF, <i>La Propriété Foncière</i> , Economica, Paris. | |
| Desseix, Patrick | 1982 | «L'usine au but du cheminement. Essai sur une population ouvrière issue du milieu rural», Thèse du III Cycle, Paris VII. | |
| Guigou, Jean-
-Louis | 1982 | «La rente foncière»; Economica, Paris. | |
| Hespanha, Pedro | 1981 | «A Pequena Agricultura, o Preço da Terra e as Políticas Fundiárias»; in <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 7/8. | |
| Hespanha, Pedro | 1986 | «La Maîtrise du Foncier: des stratégies de domination aux stratégies de résistance»; comunicação ao Congresso Europeu de Sociologia Rural, Braga. | |
| Menahem, G. | 1979 | «Les Mutations de la Famille et les Modes de Reproduction de la Force de Travail»; in <i>L'Homme et la Société</i> , 51-54. | |
| Mouro, J. B. | 1981 | «Fragmentação da Propriedade Rústica no Concelho de Vagos»; in <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 7/8. | |
| O'Neill, Brian | 1984 | «Proprietários, Lavradores e Jornaleiras»; Dom Quixote, Lisboa. | |
| Paci, Massimo | 1982 | «La Struttura Sociale Italiana. Costati Storiche e Transformazione Recenti»; Il Mulino, Bologna. | |
| Pierzo, D. | 1984 | «L'Échange de la Terre, une Approche Ethnologique»; in ADEF, <i>La Propriété Foncière</i> , Economica, Paris. | |
| Reis, José | 1985 | «Modos de Industrialização, Força de Trabalho e Pequena Agricultura. Para uma análise da articulação entre a produção e a reprodução»; in <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 15/17. | |
| Santos, B. S. | 1985 | «Social Crisis and the State»; in Kenneth Maxwell (org.). <i>Portugal in the 80's</i> , Westport, Greenwood Press. | |